

ÍNDICE

<i>Abreviaturas</i>	11
<i>Prefácio</i>	27
<i>Apresentação</i>	29

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS E DA APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

1. Pressuposto e objetivos da execução penal	31
2. Natureza jurídica	32
3. Princípios e garantias constitucionais	34
4. Exequente	35
5. Executado	36
6. Jurisdição especializada	36
7. Execução provisória	37
7.1. Juízo competente em sede de execução provisória	39
8. Condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária	39
9. Condenado pela Justiça Estadual que cumpre pena em presídio federal	40
10. Princípio da isonomia e direitos não atingidos	40

CAPÍTULO II DO CONDENADO E DO INTERNADO DA CLASSIFICAÇÃO

1. Noções gerais	43
2. Exame criminológico	44
3. Implicações decorrentes da Lei n. 10.792, de 1º de dezembro de 2003	45
3.1. Classificação e individualização da pena	45
3.2. Progressão de regime prisional	46
3.2.1. Requisito subjetivo	48

CAPÍTULO III DA ASSISTÊNCIA

1. Generalidades	51
------------------------	----

2. Assistência material	52
3. Assistência à saúde	53
4. Assistência jurídica	55
5. Assistência educacional.....	55
6. Assistência social.....	56
7. Assistência religiosa.....	57
8. Da assistência ao egresso	58

CAPÍTULO IV DO TRABALHO

1. Generalidades.....	60
2. Do trabalho interno.....	61
3. Do trabalho externo	62
3.1. Pena decorrente de condenação pela prática de crime hediondo ou assemelhado.....	63

CAPÍTULO V DOS DEVERES, DOS DIREITOS E DA DISCIPLINA

1. Dos deveres.....	64
2. Dos direitos	65
3. Da disciplina	67
3.1. Das faltas disciplinares.....	68
3.2. O RDD — Regime Disciplinar Diferenciado.....	72
3.2.1. Origem histórica	72
3.2.2. O regime disciplinar diferenciado na Lei de Execução Penal....	73
3.2.3. O isolamento preventivo e o regime disciplinar diferenciado preventivo ou cautelar.....	77
3.2.4. Procedimento.....	79
3.2.4.1. Inclusão preventiva no RDD	79
3.2.4.2. Decisão definitiva.....	79
3.2.5. Outras considerações ligadas ao regime disciplinar diferenciado.....	80
3.3. Das sanções	81
3.4. Das recompensas	85

CAPÍTULO VI DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL

1. Órgãos da execução	88
-----------------------------	----

2.	Do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	88
3.	Do juízo da execução	89
3.1.	Jurisdição	89
3.2.	Juiz competente	90
3.3.	Competência para a aplicação da lei mais benigna.....	93
3.4.	Competência para declarar extinta a punibilidade	93
3.5.	Competência para decidir sobre soma ou unificação de penas.....	94
3.6.	Competência para decidir sobre progressão ou regressão de regime.....	95
3.6.1.	Progressão de regime.....	95
3.6.2.	Regressão de regime	96
3.6.2.1.	Regressão cautelar.....	97
3.7.	Competência para decidir sobre detração e remição de pena	98
3.7.1.	Detração	98
3.7.2.	Remição	100
3.8.	Competência para decidir sobre suspensão condicional da pena.....	101
3.9.	Competência para decidir sobre livramento condicional.....	103
3.10.	Competência para decidir sobre incidentes da execução	104
3.11.	Competência para autorizar saídas temporárias.....	104
3.12.	Competência para determinar a forma de cumprimento da pena restritiva de direitos e fiscalizar sua execução	105
3.13.	Competência para determinar a conversão da pena restritiva de direitos e de multa em privativa de liberdade.....	108
3.14.	Competência para determinar a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.....	109
3.15.	Competência para determinar a aplicação da medida de segurança, bem como a substituição da pena por medida de segurança.....	110
3.16.	Competência para determinar a revogação da medida de segurança.....	111
3.17.	Competência para determinar a desinternação e o restabelecimento da situação anterior	111
3.18.	Competência para determinar o cumprimento de pena ou de medida de segurança em outra comarca	111
3.19.	Competência para determinar a remoção do condenado na hipótese prevista no § 1º do art. 86 da LEP.....	113
3.20.	Zelar pelo correto cumprimento da pena e de medida de segurança.....	113
3.21.	Inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade.....	115

3.22. Interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta lei.....	116
3.23. Compor e instalar o Conselho da Comunidade.....	117
3.24. Emitir anualmente atestado de pena a cumprir.....	118
4. Do Ministério Público.....	119
5. Do Conselho Penitenciário.....	120
6. Dos Departamentos Penitenciários.....	123
7. Do patronato.....	124
8. Do Conselho da Comunidade.....	124
9. Dos estabelecimentos penais.....	126
10. Da prisão especial.....	131
11. Da penitenciária.....	134
12. Da colônia agrícola, industrial ou similar.....	137
13. Da casa do albergado.....	140
14. Do centro de observação.....	142
15. Do hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.....	142
16. Da cadeia pública.....	144

CAPÍTULO VII

DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE

1. Das penas privativas de liberdade.....	146
2. Execução provisória.....	148
3. Superveniência de doença mental.....	150
4. Cumprimento e extinção da pena.....	152

CAPÍTULO VIII

DOS REGIMES

1. Regimes de cumprimento de pena privativa de liberdade.....	153
2. Condenação por mais de um crime.....	157

CAPÍTULO IX

DA PROGRESSÃO DE REGIME

1. Progressão de regime e seus requisitos.....	159
1.1. Progressão.....	159

1.2.	Requisito objetivo.....	161
1.2.1.	Condenação por crime contra a administração pública	161
1.3.	Requisito subjetivo.....	162
1.3.1.	<i>Habeas corpus</i> visando progressão de regime	165
1.3.2.	Exame criminológico obrigatório e exame criminológico facultativo	166
2.	Progressão por salto.....	167
3.	Competência	167
3.1.	Condenado transferido.....	167
4.	Necessidade de prévia oitiva do Ministério Público e da Defesa	168
5.	Progressão e falta grave.....	168
6.	Gravidade do delito.....	170
7.	A progressão de regime em face do art. 75, § 1º, do Código Penal.....	171
8.	Falta de vagas em estabelecimento adequado.....	172
9.	Regime integralmente fechado	175
9.1.	A questão da (in)constitucionalidade.....	175
10.	Da progressão para o regime aberto.....	180
11.	Da prisão-albergue domiciliar.....	182
11.1.	Prisão-albergue domiciliar em razão da ausência de estabelecimento adequado para o cumprimento de pena no regime aberto...	184
11.1.1.	Hipóteses excepcionais.....	187
12.	Progressão de regime prisional estando o preso sob Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)	188

CAPÍTULO X

DA REGRESSÃO DE REGIME

1.	Generalidades.....	192
2.	Condutas ensejadoras de regressão.....	193
2.1.	Prática de fato definido como crime doloso.....	193
2.2.	Prática de falta grave	194
2.3.	Condenação, por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime	195
2.4.	Frustrar os fins da execução.....	196
2.5.	Não pagar, podendo, a multa cumulativamente imposta.....	197
3.	Ampla defesa e contraditório	198
4.	Regressão cautelar.....	199

CAPÍTULO XI

DAS AUTORIZAÇÕES DE SAÍDA

1.	Generalidades.....	201
----	--------------------	-----

2.	Da permissão de saída.....	202
2.1.	Prazo da permissão de saída	204
3.	Da saída temporária.....	204
3.1.	Hipóteses autorizadoras e requisitos	204
3.2.	Competência	208
3.3.	Prazo.....	208
3.4.	Revogação do benefício.....	209
3.5.	Da recuperação do direito.....	210

CAPÍTULO XII DA REMIÇÃO

1.	Noção.....	212
2.	Generalidades.....	213
3.	Requisitos.....	215
3.1.	Carga horária e comprovação documental do trabalho.....	215
3.2.	Horário especial.....	216
3.3.	Atividades laborativas.....	217
3.3.1.	Remição pelo estudo.....	219
3.3.2.	Como se procede ao abatimento dos dias remidos.....	221
4.	Outras considerações.....	223
4.1.	Necessidade de declaração por sentença.....	223
4.2.	Estabelecimento que não dispõe de condições para o trabalho	223
4.3.	Efeitos reflexos da remição	224
5.	Perda dos dias remidos	224
5.1.	Ampla defesa e contraditório	227

CAPÍTULO XIII DO LIVRAMENTO CONDICIONAL

1.	Conceito e noção	229
2.	Pressupostos	230
2.1.	Pressupostos objetivos.....	231
2.1.1.	Quantidade da pena.....	231
2.1.1.1.	Sobre o art. 75 do Código Penal	233
2.1.2.	Reparação do dano.....	234
2.2.	Pressupostos subjetivos.....	236
3.	Oitiva do Conselho Penitenciário, do Ministério Público e do defensor..	239
3.1.	Do Conselho Penitenciário.....	240

3.2. Do Ministério Público.....	240
3.3. Do defensor.....	241
4. Livramento condicional a estrangeiro.....	241
5. Livramento condicional a quem se encontre sob Regime Disciplinar Diferenciado.....	242
6. Condições do livramento.....	243
6.1. Noção.....	243
6.2. Condições obrigatórias.....	243
6.3. Condições facultativas.....	244
6.4. Condições legais indiretas.....	247
7. Carta e cerimônia de livramento.....	247
8. Modificação das condições.....	248
9. Suspensão do curso do livramento condicional.....	249
10. Revogação do livramento.....	252
10.1. Generalidades.....	252
10.2. Revogação obrigatória.....	252
10.3. Revogação facultativa.....	255
11. Outras considerações.....	256
12. Extinção da pena privativa de liberdade.....	258

CAPÍTULO XIV

DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. Introdução.....	260
2. As denominadas penas restritivas de direitos.....	262
3. Da execução das penas restritivas de direitos.....	264
3.1. Início da execução.....	264
3.2. Alteração da forma de cumprimento das penas de prestação de serviços à comunidade e de limitação de fim de semana.....	264
3.3. Prestação pecuniária.....	265
3.3.1. Prestação de outra natureza (ou prestação inominada).....	267
3.4. Perda de bens e valores.....	267
3.5. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	268
3.6. Interdição temporária de direitos.....	269
3.7. Limitação de fim de semana.....	271

CAPÍTULO XV

DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1. A suspensão condicional da pena ou <i>sursis</i>	273
---	-----

2. Tipos de <i>sursis</i>	273
3. A execução do <i>sursis</i>	275
3.1. <i>Sursis</i> ineficaz ou sem efeito	279
3.2. Prorrogação e revogação do período de prova	281
3.2.1. Prorrogação	281
3.2.2. Revogação obrigatória e revogação facultativa	282
3.2.3. Duplo <i>sursis</i>	285
3.2.4. Cassação do <i>sursis</i>	285
3.2.5. Extinção da punibilidade	286
3.2.6. Registro	286
4. Cabimento de <i>sursis</i> em condenação por crime hediondo ou assemelhado	287

CAPÍTULO XVI

DA PENA DE MULTA

1. Generalidades	289
2. Do título executivo e da natureza jurídica	291
3. Legitimação ativa	292
4. Juízo competente	294
5. Processamento	297
6. Impossibilidade de conversão da multa em privativa de liberdade	299
6.1. Sobre a impossibilidade de conversão nos Juizados Especiais Criminais	300
7. Outras considerações	303
7.1. Impossibilidade de execução provisória	303
7.2. Atualização monetária	304
7.3. Detração	304

CAPÍTULO XVII

DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. Noções introdutórias	306
2. Condições da execução	309
3. Medidas de segurança em espécie	310
4. Ausência de vaga para internação	313
5. Da cessação de periculosidade	314

CAPÍTULO XVIII

DOS INCIDENTES DE EXECUÇÃO

1. Conceito e generalidades	318
-----------------------------------	-----

2.	Das conversões	319
2.1.	Noção	319
3.	Das conversões em espécie	321
3.1.	Conversão da pena privativa de liberdade, não superior a dois anos, em restritiva de direitos	321
3.2.	Conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	323
3.3.	Conversão da pena de prestação de serviços à comunidade	326
3.4.	Conversão da pena de limitação de fim de semana	327
3.5.	Conversão da pena de interdição temporária de direitos	328
3.6.	Conversão da pena de multa em detenção	328
3.7.	Doença mental ou perturbação da saúde mental superveniente	329
3.7.1.	Duração da medida de segurança substitutiva	330
3.8.	Conversão do tratamento ambulatorial em internação	332
3.9.	Conversão das penas de prestação pecuniária e de perda de bens e valores	333
3.10.	Conversão da pena inominada (pena de prestação de outra natureza)	334
4.	Do excesso ou desvio	336
4.1.	Noções gerais	336
4.2.	Do excesso	338
4.3.	Do desvio	338
4.4.	Quem pode suscitar	339
5.	Da anistia e do indulto	340
5.1.	Notas introdutórias	340
5.2.	Da anistia	341
5.2.1.	Procedimento	342
5.3.	Do indulto	343
5.3.1.	Indulto individual	344
5.3.1.1.	Procedimento	344
5.3.2.	Indulto coletivo	346
5.3.2.1.	Procedimento do indulto coletivo	349
5.3.3.	Comutação de pena	350
5.3.4.	Crimes hediondos e assemelhados	351

CAPÍTULO XIX

DO PROCEDIMENTO JUDICIAL

1.	Introdução	352
2.	Procedimento	353
3.	Iniciativa	353
4.	Processamento	354

5. Do agravo em execução.....	356
5.1. Fungibilidade recursal.....	358
5.2. Outras considerações.....	359
<i>Bibliografia</i>	361